CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº : 730/95
INTERESSADO : CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMÓVEIS.
ASSUNTO : Consulta sobre legislação do 1º e 2º Graus
com abrangência nas atividades do CRECI
RELATOR : Cons. Pedro Salomão José Kassab.
PARECER CEE Nº 808/95 - CLN - APROVADO EM 20-12-95
CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

Leia-se o documento enviado a este Colegiado, pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis, que é o assunto da epígrafe e dá início ao presente processo, e, nele, as três indagações feitas:

Primeiro:

Pode o CRECI aceitar certificados/ diplomas, para fins de registro profissional, de escolas que funcionam no Estado de São Paulo, com base em legislação de outros Estados?

Tais certificados/diplomas têm validade para fins de reconhecimento e/ou prosseguimento de estudos, no Estado de São Paulo?

Segundo:

A legislação pertinente aos Conselhos Estaduais de Educação de outros Estados da Federação tem validade ou se aplica no Estado de São Paulo para fins de reconhecimento e/ou prosseguimento de estudos em nível de 1º e 2º graus?

Isto é, pode o CRECI de São Paulo expedir registro profissional ao Técnico em Transações Imobiliárias com base em certificados/diplomas de estabelecimento de ensino de outros Estados, ou deve pautar-se, exclusivamente, na legislação oferecida pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo?

Terceiro:

Como o CRECI deverá proceder junto ao Conselho Estadual ou à Secretaria de Educação ante o universo de certificados/diplomas expedidos (e a serem expedidos) por unidades escolares de outros Estados, no que tange ao ensino em vista o número crescente de documento falsificados?

Concordando com a exposição feita sobre a matéria pela Douta Assistência Técnico-Jurídica, que consideramos adequado juntar a este Parecer, nela baseamos o que se segue, como histórico e apreciação que compõem este relatório e em que se fundamentam as conclusões propostas.

De início, salienta-se que a dúvida apresentada é dirimida, com a restrição imposta pelo parágrafo único, do artigo 5º, da Deliberação CEE nº 05:

"Fica vedada a instalação e o funcionamento, neste Estado, de projeto educacional de ensino a distância com base em autorização de outros Conselhos de Educação ou de órgãos de sistema de ensino de outras Unidades da Federação, somente podendo funcionar regularmente no Estado de São Paulo após a devida autorização pelo órgão próprio deste Estado, nos termos desta Deliberação."

Na hipótese enunciada na primeira parte do primeiro ponto, isto é, das escolas que funcionam no Estado de São Paulo sem autorização do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, seus cursos seriam considerados clandestinos e sem nenhuma validade, pois funcionam "a latere" do sistema de ensino.

Os respectivos estudos não são realizados com observância das formalidades legais e, portanto, ilegítimos para as finalidades de reconhecimento e de seu prosseguimento, o que responde à segunda parte do primeiro ponto.

A Própria Lei Federal nº 5.692, de 11-8-71, ao fixar diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º Graus, explicita, no parágrafo único do artigo 24:

"O ensino supletivo abrangerá os cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação."

Destarte, a primeira parte do segundo ponto também está esclarecida acima.

Assim, quanto à segunda parte do segundo ponto, sobre o registro profissional, para não se cometer equívoco no procedimento a ser adotado, é preciso louvar-se no registro do diploma, que é o ato de legalização de escolaridade em órgãos próprios de cada sistema de ensino, e dá, ao seu portador, direito ao exercício profissional com validade em todo o território nacional.

O registro do diploma é meio pelo qual o Poder Público pode controlar a autenticidade dos cursos e títulos proporcionados, visando ao subsequente desempenho profissional. Vincular a inscrição no Conselho profissional ao registro do diploma é o modo idôneo de oferecer a guarida, quando pleiteada. Por força do registro do diploma ou certificado no órgão próprio do sistema, reconhece-se a estrita observância das normas que regem a matéria.

A respeito do registro dos diplomas e certificados assinala a Douta Assistência Jurídica que:

a) Nesse aspecto, em âmbito nacional, a Lei Federal nº 5692/71 havia consignado ao MEC, explicitamente, a atribuição de registrar certificados e diplomas relativos às habilitações Profissionais, a fim de que tivessem validade nacional (artigo 16 parágrafo único).

A Lei Federal nº 7.044/82 alterou o artigo 16 citado, suprimindo a exigência de registro de diplomas e certificados de 2º grau, ao MEC. Cabe à escola, por conseguinte, nos termos da nova lei, expedir os diplomas e registrá-los, conforme estiver determinado, em norma própria, pelo sistema educacional, com abrangência em todo território nacional.

b) Anteriormente, contudo, o MEC já havia desconcentrado essa atribuição via Portaria nº 629, de 26.11.81, em que disciplinou:

O registro dos diplomas e certificados, correspondentes às habilitações profissionais do ensino de 2º grau, expedidos pelos estabelecimentos oficiais e particu-

lares, sob a jurisdição das Secretarias de Educação dos Estados e Territórios, poderá ser efetuado nas próprias Secretarias de Educação, mediante convênio com o Ministério de Educação e Cultura.

Assim, no âmbito do sistema paulista, o Decreto nº 18.412, de 02-02-82, deu a seguinte redação ao inciso XX, do artigo 144, do Decreto nº 7.810, de 20.01.76, ao firmar as competências dos Delegados de Ensino, nas respectivas áreas territoriais:

"Tomar as providências necessárias para o registro de diplomas e certificados, na forma disciplinada em resolução;"

c) Restam, ainda, as escolas da rede federal de ensino.

Nesse sentido, a mesma Portaria nº 629/81 estabelece que:

o registro de diplomas e certificados expedidos pelas escolas da rede federal de ensino de 2º Grau será efetuado pela Secretaria do próprio estabelecimento, mantendo-se instrumento de registro, para efeito de controle do MEC;

excepcionalmente, existe a possibilidade de ocorrer supletivo profissionalizante - exames e cursos - para titulação precária de profissionais, sem conduzir ao diploma de técnico, hipótese prevista pelo Parecer C.F.E. nº 659/85 e aventada pelo 30/90, também dependente, contudo, de regulamentação dos Conselhos Estaduais.

De qualquer sorte, o registro do diploma e ou certificado, em qualquer hipótese, torna-se indispensável.

À luz dessas considerações o CRECI poderia aplicar a Lei nº 6.530. de 12.5.78 e normas complementares.

A propósito do terceiro ponto, isto é, da verificação da existência e uso de documentos falsos, para a tentativa de obtenção de registro profissional, assinale-se, desde logo, que constituem atos passíveis de procedimento civis e criminais. Na esfera administrativa, a Secretaria de Estado da Educação exerce sua competência, quanto a tal problema, por meio de seus órgãos que têm atribuição de controle e de proceder a verificações inerentes a esse gênero de problema.

2. CONCLUSÃO

2.1 Retomam-se os quesitos do Conselho Regional de Corretores de Imóveis, agora seguidos das respectivas respostas.

2.1.1 Primeiro:

a) "Pode o CRECI aceitar certificados/ diplomas, para fins de registro profissional, de escolas que funcionam no Estado de São Paulo, com base em legislação de outros estados?"

Resposta: NÃO

b) "Tais certificados/diplomas têm validade para fins de reconhecimento e/ou prosseguimento de estudos, no Estado de São Paulo?"

Resposta: NÃO

2.1.2 Segundo:

a) "A legislação Pertinente aos Conselhos Estaduais de Educação de outros Estados da Federação tem validade ou se aplica no Estado de São Paulo para fins de reconhecimento e/ou prosseguimento de estudos em nível de 1º e 2º Graus ?"

Resposta: NÃO

b) "Isto é, Pode o CRECI de São Paulo expedir registro profissional ao Técnico em Transações Imobiliárias com base em certificados/diplomas de estabelecimento de ensino de outros Estados, ou deve pautar-se, exclusivamente, na legislação oferecida pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo?"

Resposta: SIM, quanto a quem se tenha formado em escola que funcione regularmente em qualquer unidade federativa e que tenha seu certificado/diploma devidamente registrado, conforme as disposições legais vigentes, incluindo-se os pressupostos a que se referem os tópicos 2.1.1 a, 2.1.1 b e 2.1.2 desta conclusão.

2.1.3 Terceiro:

"Como o CRECI deverá proceder junto ao Conselho Estadual ou à Secretaria de Educação ante

o universo de certificados/diplomas expedidos (e a serem expedidos) por unidades escolares de outros Estados, no que tange ao ensino em vista o número crescente de documentos falsificados?

Resposta: o assunto deve merecer os Procedimentos civis e criminais cabíveis e, na esfera administrativa, deve ser encaminhado à Secretaria Estadual de Educação, que dele tratará em seus órgãos competentes.

2.2 Responda-se ao CRECI, nos termos deste Parecer.

São Paulo, 29 de novembro de 1995

a) Cons. Pedro Salomão José Kassab
Relator

3. DECISÃO DA COMISSÃO

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS adota, como seu Parecer, o Voto do Conselheiro Relator.

Presentes os Conselheiros: Arthur Fonseca Filho, João Gualberto de Carvalho Meneses e Pedro Salomão José Kassab.

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 1995.

a) Cons. Arthur Fonseca Filho
Presidente da CLN

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Comissão de Legislação e Normas, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 20 de dezembro de 1995.

a) Cons. FRANCISCO APARECIDO CCRDÃO
Presidente